



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

Secretaria de
Portos



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2013

1. A EMPRESA

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Sociedade de Economia Mista, CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem como principal objetivo desenvolver projetos e programas orientados ao constante aprimoramento das infraestruturas de acesso aquaviário, de acesso terrestre e acostagem, promovendo a competitividade dos portos por ela administrados e, por conseguinte, dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por intermédio de suas instalações.

É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 12.815/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033, de 28 de junho de 2013, a qual dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

2. LINHAS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciada nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), a CDRJ vem desenvolvendo diversas ações de cunho administrativo, financeiro e organizacional, com vistas a expandir os seus resultados operacionais. Por conseguinte, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da força de trabalho da Empresa. As seguintes linhas de atuação estratégica foram adotadas:

2.1. Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio

Na área de Tecnologia da Informação foi dada continuidade ao estabelecido no "Plano Diretor de Tecnologia da Informação", visando a melhoria da infraestrutura computacional da CDRJ, com as seguintes realizações: (a) aquisição de equipamentos de rede e microcomputadores, (b) conclusão da instalação dos sistemas de controle de acesso e frequência, (c) licitação do projeto de reforma, expansão e modernização da rede de dados interna do Edifício-Sede e prédio administrativo da Superintendência do Porto do Rio de Janeiro, (c) atualização dos módulos financeiro, fiscal, contábil, de controle de estoque e compras do sistema corporativo e, (d) elaboração do termo de referência para aquisição de um sistema integrado de gestão de recursos humanos, a ser licitado em 2014.

Na área de recuperação e manutenção da infraestrutura predial foi dada continuidade ao estabelecido também no "Plano Diretor de Infraestrutura", visando a melhoria das condições físicas, estruturais e das instalações prediais da CDRJ, com as seguintes realizações: (a) licitação para contratação dos serviços técnicos especializados na área de engenharia para a avaliação estrutural do Edifício-Sede, fundamental para o planejamento das futuras intervenções que visam a sua melhoria e modernização, (b) licitação para contratação dos serviços técnicos especializados em engenharia para elaboração de projetos básicos que visam as reformas e construções de novas edificações administrativas, (c) contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de condicionamento de ar, (d) execução parcial (90%) dos serviços de reforma e novo lajeado do 2º e 5º pavimentos do Edifício-Sede, (e) licitação dos serviços de reforma do subsolo, térreo, 12º e 13º pavimentos do Edifício-Sede, licitação para fornecimento e instalação de novas portas corta-fogo de acesso aos pavimentos do Edifício-Sede e, (g) elaboração do termo de referência para contratação dos serviços para modernização da comunicação e sinalização visual do Edifício-Sede.

Dentro do escopo da política ambiental adotada pela CDRJ, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi realizada a licitação para contratação dos serviços técnicos especializados no recolhimento e descarte sustentável de lâmpadas fluorescentes usadas.

Além das ações acima relacionadas, foram realizadas atividades de manutenções preventivas e corretivas, bem como monitoramento das condições físicas e estruturais das instalações prediais localizadas fora da área dos Portos Organizados.

2.2. Manutenção da Segurança nos Portos

ACDRJ, em parceria com a Comissão Nacional de Segurança Pública dos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS), promoveu a realização da 14ª edição do Curso de Formação de Supervisores de Segurança Portuária (SSP) no Rio de Janeiro. Tal curso, realizado por aquela Comissão pela primeira vez fora de Brasília, tem por objetivo formar Supervisores de Segurança Portuária, responsáveis pelo desenvolvimento, implementação, revisão e manutenção do plano de segurança das instalações portuárias, que são fundamentais para o cumprimento do ISPS Code. Além disso, esse curso contempla a preparação desses profissionais para os grandes eventos que serão sediados no Brasil. Dos 80 participantes inscritos, 40 foram Guardas Portuários, fazendo com que a CDRJ passasse a ter em seu efetivo pelo menos um SSP em todas as turmas e turnos de serviço.

A Guarda Portuária participou, ainda, de diversos cursos táticos e de gestão, como o de uso de equipamento não letal (spray de pimenta), com certificação oficial. Foi realizado o curso preparatório para renovação de portes de armas letais, contemplando 200 Guardas Portuários. Com o advento da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, a Guarda Portuária participou dos grupos de planejamento das ações de segurança e inteligência junto à Autoridade Pública Olímpica, Ministério da Defesa e outros órgãos governamentais.

Como medidas internas de aprimoramento da segurança nos portos, a Guarda Portuária foi reaparelhada e uniformizada para táticas de uso noturno e missões especiais. Além disso, foi realizado o primeiro exercício prático de segurança portuária, em conjunto com os Arrendatários do Porto de Itaguaí.

2.3. Valorização e Promoção do Gestão de Pessoas

Com a finalidade de proporcionar a obtenção de melhor desempenho e resultados satisfatórios de seus empregados, a CDRJ intensificou seus esforços nas ações de capacitação e desenvolvimento da sua força de trabalho, com o apoio da Fundação de Estudos do Mar (FEMAR).

Durante o exercício de 2013, foi autorizada pela Administração, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, a concessão de incentivos à formação de nível técnico, à graduação, à pós-graduação e à segunda graduação, totalizando 122 empregados beneficiados. Foram realizados 115 cursos fora das dependências da CDRJ e 4 cursos "in company", nos quais foram capacitados e treinados 182 empregados.

Também oferece a seus empregados os benefícios de auxílio transporte, auxílio alimentação/refeição, plano de assistência médica, plano odontológico, seguro de vida, auxílio funeral e de auxílio inclusão a portadores de necessidades especiais. São mantidos convênios com instituições de ensino médio, superior e de línguas que, com a concessão de descontos na matrícula e mensalidade, incentivam o empregado a matricular-se em um dos cursos oferecidos, resultando em melhor qualificação e aprimoramento dos seus colaboradores.

No âmbito do processo de gestão de pessoal, foi realizada avaliação de desempenho individual, resultando na promoção/progressão de 314 empregados no Plano de Carreiras, Empregos e Salários (PACES). Ocorreram 13 admissões de empregados, sendo 11 Técnicos de Serviços Portuários e 2 Guardas Portuários, bem como 10 demissões.

2.4. Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios

Com base no novo marco regulatório dos portos estabelecido pela Lei nº 12.815/2013, a CDRJ realizou análises, estudos e reuniões comerciais no sentido de promover a atração de novas cargas, principalmente para os Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, voltadas para operação no Porto Público. Foram realizadas ainda tratativas técnico/comerciais de apoio à análise de projeto portuário de operações de supply-boat para apoio a plataformas offshore.

Foram realizadas as análises dos Estudos de Viabilidade Técnico, Econômica e Ambiental (EVTEA) dos contratos com as empresas Pier Mauá, Triunfo, Ultracargo, Nitshore, Nitport, Tequimar, CSN-Tecar e do Terminal de Trigo do Porto do Rio de Janeiro.

Foi elaborado o edital de licitação do Terminal de Granéis Sólidos (TGS) III no Porto de Itaguaí (ex-terminal da Valesul-Alumínio) e foi analisada a solicitação de utilização de servidão de passagem da empresa MMX no Porto de Itaguaí.

No âmbito imobiliário, foi dada continuidade à realização de avaliações e vistorias dos imóveis da CDRJ, concluindo-se aqueles declarados como de utilidade pública para fins de desapropriação (para subsidiar a direção nas decisões referentes ao Decreto nº 37.791, de 14/10/2013). Encontra-se em fase de elaboração o edital para contratação de sociedade empresarial especializada nos serviços de engenharia consultiva destinados à avaliação imobiliária cadastrada de parte dos imóveis de propriedade da CDRJ. Foi realizada, ainda, a regularização e acompanhamento de 18 processos administrativos junto a Superintendência Regional do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, PGFN, INCRA, SEDEC, FUNESBOM, Secretaria Municipal de Fazenda de Itaguaí e Secretaria Municipal de Fazenda de Angra dos Reis, relativos aos seus imóveis.

2.5. Recuperação Econômico-financeira

A CDRJ firmou acordo na esfera judicial com a empresa Triunfo Logística Ltda, com o objetivo de resolver controvérsias entre as partes e recompor a dívida daquela arrendatária, possibilitando a recuperação de créditos pendentes em períodos anteriores e a apuração do valor a ser pago pela mesma nos próximos exercícios.

Outra ação que resultou na redução do passivo foram os aportes da União referentes aos Termos de Ajuste e Forma de Pagamento de Contribuição Patronal firmado em 2010, para a amortização da dívida com o PORTUS Instituto de Seguridade Social.

Foi elaborado o termo de referência para contratação de empresa especializada em serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado, para cálculos do valor do Impairment, vida útil residual e elaboração do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa (UGC).

Outras ações foram realizadas na redução dos gastos e na recuperação de créditos, como o levantamento de vários depósitos judiciais, a redução dos custos com a otimização nos processos de pagamento e a intensificação do processo de cobrança de dívidas de terceiros, redução dos gastos e na recuperação de créditos, como o levantamento de vários depósitos judiciais, a redução dos custos com a otimização nos processos de pagamento e a intensificação no processo de cobrança. Foi iniciado o levantamento e controle dos processos judiciais de cobrança e das contas a receber contestadas, com o objetivo de aumentar a receita e a liquidez dos títulos.

2.6. Adequação da Infraestrutura Portuária

Foram realizadas as seguintes ações: (a) manutenção viária, com asfaltamento da pista, drenagem, capina e identificação visual no Porto de Itaguaí, (b) manutenção dos dispositivos de segurança nos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, com a promoção dos serviços de manutenção de blocos semaforicos, placas de sinalização viária e sinalização horizontal, (c) caracterização geológico-geotécnica no corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto de Itaguaí e, (d) construção de rede de dutos de média tensão na área do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro.

Encontram-se em andamento os projetos de contratação de assessoria e consultoria técnica de engenharia para os Portos do Rio de Janeiro, de locação de equipamentos de radiocomunicação convencional em UHF e VHF para operarem nos quatro portos, de manutenção e operação da sinalização náutica, de manutenção viária nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, de manutenção elétrica predial e da iluminação viária dos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, de reformas e adaptações no prédio sede do Porto de Itaguaí, de recuperação e manutenção do sistema integrado de segurança ISPS-CODE, de recuperação de cabines e portões no Porto do Rio de Janeiro e de contratação de sondagem SPT (Standard Penetration Test) no Porto do Rio de Janeiro.

2.7. Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho

Deu-se continuidade às atividades de enquadramento no novo Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM) com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), bem como a obtenção das licenças ambientais para ações de dragagens nos portos da CDRJ, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Quando à regularização dos processos das licenças ambientais, obteve-se a Licença Operacional do Porto de Niterói e prosseguiu-se com o cumprimento de exigências visando à obtenção das licenças dos três outros portos administrados pela Companhia (Angra dos Reis, Itaguaí e Rio de Janeiro).

Foi consolidado o Plano de Emergência Individual (PEI) e concluíram-se estudos importantes relacionados com passivos ambientais e levantamento de redes de esgoto e águas pluviais que poderão resultar na emissão de uma licença de operação e recuperação (LOR) do Porto do Rio de Janeiro.

Foram adotadas medidas para garantir o cumprimento da Portaria SEP nº 104, visando à implantação do Sistema de Gestão Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (SIGA).

ACDRJ participou ativamente junto à SEP nos Programas de Conformidade no Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, e de Regularização da Gestão Ambiental Portuária.

Mantiveram-se reuniões permanentes com os setores de meio ambiente e de segurança do trabalho dos arrendatários e operadores portuários, na busca de soluções para as não conformidades identificadas nos relatórios de auditoria ambiental e das fiscalizações de rotina.

Realizou-se a participação de empregados em eventos relacionados à saúde e segurança no trabalho portuário, tais como o Seminário realizado no Porto de Santos, promovido pela SEP e o Ministério da Saúde sobre "Cenário da Saúde e Segurança do Trabalhador Portuário" e a visita técnica ao Estaleiro Enseada de Paraguaçu, com o objetivo de conscientizá-los sobre os riscos de acidentes e doenças ocupacionais, bem como o envio de representantes nas Semanas Internas de Prevenção de Acidentes (SIPATS) promovidas por arrendatários e operadores portuários.

Realizou-se o controle e fiscalização da movimentação de cargas perigosas nos Portos da CDRJ, como forma de gerenciar e minimizar os riscos desta atividade para o meio ambiente e a segurança e saúde do trabalhador portuário.

2.8. Integração com as Esferas Governamentais

Com o advento do novo Marco Regulatório dos Portos que entrou em vigor no dia 5 de junho de 2013 (Lei nº 12.815/2013), a CDRJ deu início aos processos para promover a adequação das poligonais dos portos organizados sob sua responsabilidade, bem como dos seus respectivos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

A nova poligonal do Porto do Rio de Janeiro será enviada à SEP para aprovação até março/2014. A adoção da nova poligonal do Porto de Itaguaí está condicionada à publicação pela Casa Civil do respectivo Decreto de homologação. As poligonais dos Portos de Niterói e Angra dos Reis estão aguardando homologação da SEP/PR. Espera-se que as novas poligonais de todos os portos devam ser aprovadas e homologadas até julho/2014.

Além disso, de acordo com o novo arranjo institucional do setor portuário, foram adotadas providências para atualizar as normas para pré-qualificação dos operadores portuários e definir diretrizes dos regulamentos de exploração dos portos.

No âmbito da CDRJ, o acompanhamento da execução orçamentária vem sendo aprimorado e relatórios que detalham a execução de cada ação encontram-se disponíveis bimestralmente. No que tange à definição de diretrizes, com base no disposto na Lei nº 12.815/2013, o planejamento orçamentário deverá ser feito de acordo com os diversos instrumentos de planejamento do setor portuário nacional que vem sendo elaborados pela SEP/PR, evitando que ações sejam definidas sem um estrito embasamento.

Os Portos do Rio de Janeiro encontram-se num forte processo de renovação a partir de um conjunto de ações desencadeadas pelo Governo Federal. Diversos projetos estão sendo desenvolvidos pela Secretaria de Portos e pela CDRJ, dentre os quais se destacam: a implementação do "Porto sem Papel" nos quatro portos administrados por ela, o qual informatiza os procedimentos e integra, na medida em que promove a comunicação de dados entre os agentes intervenientes no processo portuário, as seis autoridades anuentes (Polícia Federal, ANVISA, Delegacia da Receita Federal, VIGIAGRO, Capitania dos Portos e Autoridade Portuária); a implantação do programa "Modernização da Gestão Portuária" para reestruturação estratégica, de gestão e de processos das companhias; a introdução do regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, observados os princípios constitucionais; e, tratativas visando a celebração com a SEP/PR de "Compromissos de Metas e Desempenho Empresarial".

Pode-se destacar, ainda, o projeto para reforço estrutural de área do Cais da Gamboa com recursos provenientes do PAC II, cujo procedimento licitatório, com orçamento estimado em R\$ 160.699.405, encontra-se paralisado por decisão judicial, acatando representação de licitante. O projeto de construção do pier de atracação destinado a navios de passageiros no Porto do Rio de Janeiro, cuja execução foi paralisada temporariamente até que os estudos referentes a mudança de local da implantação do pier estejam aprovados pelo Governo Federal, em atendimento a solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro à Casa Civil. O projeto "Porto Maravilha" da Prefeitura do Rio de Janeiro, viabilizado por uma ação conjunta dos Governos Federal, Estadual, Municipal e pela CDRJ, tem como objetivo o resgate urbano, econômico e social da região portuária do Rio de Janeiro, de extrema relevância histórica, para que a mesma se transforme em um pólo de cultura, entretenimento, indústria e habitação, não interferindo na área pública do Porto.

3. RESULTADOS OPERACIONAIS

O Complexo Portuário sob a gestão da CDRJ, formado pelos Portos Públicos de Angra dos Reis, Itaguaí, Niterói e Rio de Janeiro, registrou no exercício de 2013 uma movimentação total de cargas de 67.059.557 toneladas, apresentando um aumento de 1,7% em relação ao ano de 2012. O desempenho superior pode ser explicado pelo leve crescimento na movimentação de minério de ferro de 0,8%, que, historicamente, exerce uma grande influência na movimentação geral, com uma representatividade de 75,4% do total movimentado em 2013. A China é o principal destino das exportações do minério de ferro brasileiro e como o crescimento anual da economia chinesa em 2013 foi de 7,7%, inalterado ante 2012 e apenas levemente acima das expectativas do mercado por ritmo de expansão de 7,6%, o menor desde 1999, a movimentação de minério de ferro acabou por acompanhar os patamares do ano anterior.

Outro fato que merece destaque é o desempenho apresentado pelo Porto de Itaguaí quanto à movimentação de contêineres, com um crescimento de 17,8% em relação a 2012. Importante salientar que o Porto de Niterói apresentou uma movimentação total de cargas em 2013 de 254.830 toneladas, representando um desempenho maior em 161.361 toneladas, equivalente ao aumento de 172,6% em relação ao ano anterior.

Por fim, o Porto de Angra dos Reis também apresentou um resultado superior de 122.051 toneladas em 2013, com desempenho 41,1% superior às 86.503 toneladas registradas em 2012. Tais números podem ser melhor visualizados nos quadros a seguir:

Movimentação Geral de Carga

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS				Em toneladas
PORTO	Ano			Δ%
	2012	2013		
Rio de Janeiro	8.360.327	8.315.345		-0,5%
Angra dos Reis	86.503	122.051		41,1%
Niterói	93.469	254.830		172,6%
Itaguaí	57.418.867	58.367.331		1,7%
TOTAL	65.959.166	67.059.557		1,7%

Perfil por Natureza de Carga (Movimentação no Cais)

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS				Em toneladas
Natureza da Carga	Ano			Δ%
	2012	2013		
Sólidos a granel	54.761.253	55.206.621		0,8%
Líquidos a granel	391.605	440.825		12,6%
Carga Geral	10.806.508	11.412.111		5,6%
TOTAL	65.959.166	67.059.557		1,7%

Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ

Porto	2012		2013		Δ%	
	Unidade	TEU	Unidade	TEU	Unidade	TEU
Rio de Janeiro	342.554	508.520	341.685	510.830	-0,3%	0,5%
Itaguaí	209.080	316.294	246.397	364.122	17,8%	15,1%
CDRJ	551.634	824.814	588.082	874.952	6,6%	6,1%

4. APLICAÇÃO DE RECURSOS

4.1. Programa de Dispêndios Globais

O Decreto nº 7.867/2012 aprovou o PDG para o exercício de 2013 no valor de R\$ 807,2 milhões. O PDG/2013 foi reprogramado para um total de R\$ 883,2 milhões, publicado pelo Decreto nº 8.174/2013. Esse montante é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro) num total de R\$ 473,2 milhões e R\$ 410,0 milhões, respectivamente. O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento "B" da Lei 12.978/13 (LOA-13) em 15/04/2013.

A dotação aprovada pela LOA/2013 para o Orçamento de Investimentos após os ajustes orçamentários necessários sofreu um decréscimo de R\$ 106,2 milhões passando do valor inicial de R\$ 515,5 milhões para um valor aprovado atual de R\$ 409,3 milhões.

A Receita Corrente foi aprovada pelo Decreto nº 7.867/2012, em R\$ 411,8 milhões. Após as análises na execução do faturamento, esse montante foi mantido na reprogramação do PDG/2013.

A Receita com Recursos do Tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido foi aprovada em R\$ 75,1 milhões, sendo R\$ 43,6 milhões para Orçamento de Investimentos e R\$ 31,5 milhões para saneamento financeiro.

Os demais recursos que complementam o PDG são: Variações do Capital de Giro e Disponível Inicial do Balanço, ajustes financeiros do Sistema SIEST/DEST.

Dispêndios					Em R\$
Decretos	PDG	Correntes	Capital	Total	
7.867/2012	Dotação Inicial	397.261.527	409.930.549	807.192.076	
8.174/2013	Reprogramação	473.215.735	410.010.145	883.225.880	

Receitas					Em R\$
Decreto	PDG	Própria	Tesouro	Total	
7.867/2012	Dotação Inicial	411.783.814	27.270.000	439.053.814	
8.174/2013	Reprogramação	411.783.814	75.079.444	486.863.258	
-	Remanejamento	333.200.000	350.928.920	684.128.920	

4.1.1. Valores Executados no Exercício de 2013

A execução da Receita Própria (Corrente) em 2013 alcançou um faturamento anual de 1,2% acima da meta de R\$ 411,8 milhões, totalizando R\$ 416,7 milhões. Os dispêndios foram corretamente aplicados no que tange à apropriação orçamentária pelo regime de competência, ou seja, os registros foram feitos no mês da ocorrência da despesa, salvo a apropriação do PIS/PASEP e COFINS, pela sua dependência do fechamento contábil.

Os registros de bloqueios judiciais para processos cujos autores são Triunfo e PORTUS, totalizaram R\$ 42,7 milhões executados no exercício. Com referência ao processo da arrendatária Triunfo, foi informada a paralisação dos bloqueios em virtude da celebração de acordo entre as partes. Já com relação ao processo do Instituto PORTUS, persiste a dificuldade em quantificar o montante a ser bloqueado.

Considerando que, pelo regime de competência, o montante de recursos disponíveis no período atingiu o valor de R\$ 939,1 milhões, R\$ 346,1 milhões referem-se a Recursos do Tesouro vinculados a Investimentos apurados como Saldo Financeiro de 2012 (R\$ 342,1 milhões) e repasse financeiro das ações da LOA/2013 (R\$ 4,0 milhões). O equivalente a R\$ 75,3 milhões referem-se a repasses realizados até 2012, a ser aplicado em saneamento financeiro da CDRJ e R\$ 31,5 milhões de repasse realizado em 2013 para saneamento da dívida com o PORTUS. O valor referente a 2012 é o saldo na conta SIAFI em 31/12/2012, conforme as Demonstrações Financeiras 2012 da CDRJ.

Constata-se a capacidade da CDRJ em garantir a totalidade da despesa empenhada (pronta para pagamento) no período, no valor de R\$ 373,6 milhões, apresentando um saldo positivo de R\$ 112,6 milhões. Segue adiante quadro com os respectivos valores:

Recursos Disponíveis no ano (Regime de Competência)		939.133.981
(-) Rec. Tesouro – Repas. Financ. 2013 – Investimentos		(4.000.000)
(-) Rec. Tesouro – Saldo Financ-2012 – Investimentos		(342.084.279)
(-) Rec. Tesouro – Repasses em 2012 – Saneamento Financeiro		(75.321.779)
(-) Rec. Tesouro – Repasses em 2013 – Saneamento Financeiro		(31.500.000)
(=) Recursos Próprios Líquidos		486.227.903
(-) Custeio (Emp) + Inv. Rec. Próprio (Emp) + Amort. Dívida		(373.583.102)
(=) Saldo Orçamentário Atual		112.644.801

4.1.2. Recursos

Os recursos disponíveis alcançaram o montante de R\$ 939,1 milhões, sendo: R\$ 416,7 milhões em Receitas Correntes; R\$ 4,0 milhões de Recursos do Tesouro repassados, referentes à ação inscrita em Restos a Pagar 2012; R\$ 342,1 milhões de Recursos do Tesouro vinculados a Investimentos apurados como Saldo Financeiro de 2012; saldo de R\$ 75,3 milhões de repasses realizados até 2012 para aplicação em saneamento financeiro (saldo SIAFI em dez/2012); R\$ 31,5 milhões de repasses em 2013 para saneamento financeiro; e, Disponível Inicial do Balanço de R\$ 69,5 milhões.

4.1.3. Receitas Correntes

As Receitas Correntes de Geração Própria (Receita Operacional, Não Operacional e Recuperação de Vencimentos), alcançaram um faturamento de 101,2% da previsão anual inicial, correspondendo a R\$ 416,7 milhões.

As Receitas Operacionais, Não Operacionais e Recuperação de Vencimentos atingiram, respectivamente, 103%, 74% e 112% da previsão.

4.1.4. Receitas de Capital

Inicialmente, a LOA/2013 aprovou novos recursos no montante de R\$ 131,8 milhões a título de Receitas de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital, vinculados ao Orçamento de Investimentos (OI).

O detalhamento do OI foi divulgado como Suplemento da Lei 12.978/13 (LOA-13) em 15/04/2013. Após a publicação de alteração, o valor foi reajustado, provocando uma redução de R\$ 104,5 milhões, ficando com um total de R\$ 27,3 milhões para aumento de capital em 2013. Foram repassados no exercício R\$ 4,0 milhões, referentes a ações com fonte em Restos a Pagar.

4.1.5. Dispêndios Correntes

A execução dos Dispêndios Correntes representou 79% da dotação aprovada para esse grupo de R\$ 473,2 milhões, alcançando R\$ 375,3 milhões. Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram no grupo de Pessoal com 46% do total realizado com fonte de recursos próprios.

Pode-se destacar neste item os valores de Encargos Diversos, sendo Juros da Dívida Externa, Dívida Judicial Trabalhista e Judicial Cível, da seguinte forma:

- (a) Juros da Dívida Externa – Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Executados R\$ 553,8 mil;
- (b) Dívida Judicial Trabalhista – Dotação reprogramada de R\$ 33,9 milhões. Tendo uma execução de R\$ 29,2 milhões. A execução dessa rubrica deve-se, principalmente, aos bloqueios realizados direto na arrecadação;
- (c) Dívida Judicial Cível – Dotação reprogramada de R\$ 58,2 milhões, tendo sido executados R\$ 56,2 milhões. Em nova consulta sobre os bloqueios da Triunfo e do PORTUS, foi informado que:



Secretaria de
Portos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

1- Bloqueio Triunfo Logística Ltda, Processo nº 0055322-03.2000.8.19.0001-33ª VC/RJ - Valor da condenação: R\$ 8,9 milhões; Valor Bloqueado: R\$ 24,7 milhões; Período: jun/2012 a jan/2013. Celebrado acordo entre as partes, pondo fim a todos os processos em que litigavam, acrescentando que a CDRJ vem diligenciando no sentido de reaver todos os valores de si bloqueados por determinação judicial;

2- Bloqueio PORTUS, Processos nº 0105594-59.2004.8.19.0001 21ª VC/RJ e nº 0038850-87.2001.8.19.0001 33ª VC/RJ- Valor da condenação: R\$ 124,0 milhões; Valor Bloqueado: R\$ 57,8 milhões; Período: fev/2012 a dez/2013. Mantida a dificuldade de quantificar o montante a ser bloqueado no exercício, visto que somente se tem o conhecimento dos bloqueios após o fato consumado. Em virtude desta dificuldade, ocorreu a extrapolação da dotação reprogramada, excedendo-a em R\$ 1,9 milhão.

Nos meses de novembro e dezembro foram bloqueados cerca de R\$ 10 milhões, aumentando a média mensal de R\$ 3,5 para R\$ 5,0 milhões.

Quadro - Execução por Grupo

Grupos do PDG – Dispendios Correntes	Execução
Pessoal e Encargos Sociais	171.843.228
Material de Consumo	883.962
Serviços de Terceiros	39.723.895
Encargos Diversos	162.865.707
Total	375.316.792

4.2. - Orçamento de Investimentos

O Orçamento de Investimento da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ foi fixado pela Lei nº 12.798 de 04/04/2013 - LOA/2013 no valor de R\$ 515.573.246. O detalhamento das ações foi publicado como Suplemento no Diário Oficial da União em 15/04/2013. A dotação aprovada pela LOA/2013 sofreu um decréscimo de R\$ 106.221.522 após as alterações orçamentárias ocorridas ao longo do ano, resultando em um valor aprovado final para o Orçamento de Investimento de R\$ 409.351.724. A execução do Orçamento de Investimento atingiu o montante de R\$ 19.584.800 ou 4,8% do total da dotação aprovada em 2013.

O quadro a seguir sintetiza os números orçamentários finais do exercício de 2013, conforme a fonte de financiamento dos recursos.

Orçamento de Investimento 2013

Fonte de Financiamento	LOA 2013	Alterações Orçamentárias				Valores em R\$ 1,00	
		LOA+Créditos	Disponível	Compromissado	Realizado		
Recursos Próprios	23.688.001	0	23.688.001	12.386.532	2.796.528	1.133.189	
Geração Própria	23.688.001	0	23.688.001	12.386.532	2.796.528	1.133.189	
Recursos Tesouro	491.885.245	(106.221.522)	385.663.723	346.084.279	105.501.588	18.451.611	
Recursos Tesouro - Direto	131.850.000	(104.580.000)	27.270.000	0	0	0	
Saldo Financeiro	360.035.245	(17.909.966)	342.084.279	342.084.279	105.501.588	18.451.611	
Restos a Pagar	0	16.309.444	16.309.444	4.000.000	0	0	
Total	515.573.246	(106.221.522)	409.351.724	358.470.811	108.298.116	19.584.800	

A análise da execução orçamentária de modo a compatibilizar os objetivos pretendidos pelos investimentos com os resultados alcançados no exercício de 2013 deve ser realizada através das ações que compõem o Orçamento de Investimento da CDRJ subdivididas, sob a ótica do PPA 2012-2015, em dois programas de governo, o Programa 2074 - Transporte Marítimo e o Programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

4.2.1. Programa 2074-Transporte Marítimo

O Programa 2074-Transporte Marítimo conta com dezesseis ações no Orçamento de Investimento da CDRJ dispendo de R\$ 387.870.474 ou 94,8% do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa influencia sobremaneira o desempenho global da execução, denotando a importância das intervenções pretendidas pelos projetos integrantes do programa no contexto geral do Orçamento de Investimento.

O cumprimento parcial das metas previstas para o programa 2074-Transporte Marítimo evidencia-se na execução de R\$ 19.243.347 ou 4,7 % do total da dotação aprovada. A baixa execução pode ser mais bem compreendida se observada sob a perspectiva das ações integrantes do programa alocadas, de acordo com a relevância dos projetos de investimento em dois grupos: Grupo PAC e Grupo Demais.

4.2.1.1. Programa 2074-Transporte Marítimo: Grupo PAC

As nove ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) concentram a maior parte dos recursos no Orçamento de Investimento da CDRJ dispendo de R\$ 345.620.175 ou 84,4 % do total da dotação aprovada. A magnitude dos projetos que integram este grupo de ações justifica a elevada participação no total.

Os valores executados para este grupo de ações atingiu o montante de R\$ 15.520.392 ou 3,8% do total da dotação aprovada.

Os resultados alcançados concentram-se nas ações 12LI-Implantação de Pieres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro e 7376-Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ).

A ação 12LI-Implantação de Pieres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro pretende destinar R\$ 240.700.772 em investimentos no Porto do Rio de Janeiro. A execução em 2013 totalizou R\$ 15.155.471. O valor foi aplicado nos projetos de construção do pier de atracação destinado a navios de passageiros no Porto do Rio de Janeiro e gerenciamento e fiscalização das obras de adequação do terminal de passageiros do Porto do Rio de Janeiro. A execução, entretanto, foi paralisada temporariamente até que os estudos referentes a mudança de local da implantação do pier estejam aprovados pelo Governo Federal, em atendimento a solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro à Casa Civil.

Já a ação 7376-Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ) encontra-se concluída. O saldo financeiro remanescente está sendo aplicado no serviço de Caracterização Geológico-Geotécnica do Corpo Rochoso Existente no Canal de Acesso ao Porto de Itaguaí (RJ), o qual teve o montante de R\$ 364.921 executado em 2013.

As demais ações do Grupo PAC não apresentaram execução em 2013, o que impactou negativamente o desempenho global do Orçamento de Investimento da CDRJ no exercício. Os projetos que integram tais ações estão em diferentes estágios, conforme as particularidades de cada ação orçamentária.

Em linhas gerais, algumas ações apresentam seus projetos mais adiantados do que outras, como é o caso das ações 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) e 14KJ-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios.

A ação 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) encerrou 2013 com dois projetos em andamento, com um investimento de R\$ 171.674.306 no Porto do Rio de Janeiro através do reforço estrutural do Cais da Gamboa e do gerenciamento e fiscalização para as obras de reforço estrutural. O primeiro está em fase de procedimento licitatório através da Concorrência nº 005/2011, com orçamento estimado em R\$ 160.699.405. A licitação, entretanto, encontra-se paralisada por decisão judicial acatando representação de licitante. O segundo também está em fase de procedimento licitatório através da Concorrência nº 001/2012, com valor orçado em R\$ 10.974.901. A licitação está com os recursos administrativos interpostos em face do julgamento das propostas técnicas em processo de julgamento.

A ação 14KJ-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios pretende investir R\$ 40.000.000 através da Implantação do Vessel Traffic Management Information System (VTMIS). A contratação dos serviços, que estava prevista para ser realizada através do RDC Presencial nº 1/2013, teve seu Edital anulado em virtude da necessidade de completa revisão dos seus termos e anexos a fim de ampliar a compreensão dos licitantes e favorecer a obtenção de proposta mais vantajosa possível para a administração.

As demais ações do Grupo PAC estão a cargo da SEP, que informou através do Ofício nº 1729/2013/SEP/PR que os cronogramas dos projetos a serem financiados por estas ações orçamentárias dividem-se em duas fases. A primeira fase está sob gestão e responsabilidade da Secretaria de Políticas Portuárias (SPP/SEP/PR) que detalhará as especificações e requisitos técnicos do projeto. A segunda fase ficará a cargo da CDRJ que será responsável pelo ajuste do projeto às especificidades de cada porto para posterior licitação e contratação dos serviços.

Incluem-se, neste grupo, as seguintes ações orçamentárias: 14KL-Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária, 14M-Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística, 14RC- Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, 7U37- Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto do Rio de Janeiro - RJ e 7U38- Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Itaguaí - RJ.

4.2.1.2. Programa 2074-Transporte Marítimo: Grupo Demais

As sete ações integrantes do Grupo Demais no Programa 2074-Transporte Marítimo somam R\$ 42.250.299 ou 10,3% do total da dotação aprovada. Ainda que a participação das ações deste grupo no contexto geral do Orçamento de Investimento não seja expressiva, os valores executados não se mostraram satisfatórios no exercício de 2013, atingindo o montante de R\$ 3.722.955 ou 0,9 % do total da dotação aprovada.

A execução observada para as ações do Grupo Demais se concentrou nas ações 145B-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) e 145D-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ).

Os resultados alcançados por estas ações em 2013 incluem o investimento na Construção de rede de dutos de média tensão na área do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro no valor de R\$ 1.973.297; Serviços de recuperação e melhorias do Sistema Integrado de Segurança - SIS - ISPS-CODE no valor de R\$ 922.269; Serviços de Avaliação de Segurança Pública no Porto do Rio de Janeiro no valor de R\$ 13.600; Desapropriação para Expansão de Área no Porto de Itaguaí (RJ) no valor de R\$ 791.736; além dos Serviços de Avaliação de Segurança Pública no Porto de Itaguaí (RJ) com mais R\$ 10.000 aplicados. Outros R\$ 12.052 foram executados em 2013 referentes ao pagamento da 4ª medição final do contrato C-SUPJUR Nº 027/2010, que previa a Construção da Sede da Guarda Portuária.

Os projetos ainda em andamento para a ação 145D-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ) projetam um investimento de R\$ 1.696.315 no Porto de Itaguaí, quais sejam: Construção de rede de abastecimento de água e obras civis no Porto de Itaguaí (RJ), cuja concorrência nº 05/2012 está em andamento com orçamento estimado em R\$ 548.796, Construção de redes de distribuição de energia elétrica nas instalações do Porto de Itaguaí (RJ) que está sendo contratada através da concorrência nº 08/2012 em andamento com orçamento estimado em R\$ 397.852, além dos Serviços de recuperação e melhorias do Sistema Integrado de Segurança - SIS - ISPS-CODE no Porto de Itaguaí (RJ) previsto para ser realizado pelo contrato C-SUPJUR Nº 057/2011 no montante de R\$ 749.667, conforme valor comprometido em 2013.

As demais ações integrantes do Grupo Demais não apresentaram execução em 2013. Os investimentos previstos para estas ações orçamentárias, entretanto, seguem em pleno desenvolvimento projetando a aplicação de recursos de pelo menos R\$ 8.620.670 nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí.

A ação 144X-Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) está com o projeto de Corte das Plataformas Internas dos Armazéns do Porto do Rio de Janeiro (RJ) em fase de abertura do procedimento licitatório com orçamento estimado em R\$ 3.111.953.

A ação 144Y-Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) possui o contrato C-SUPJUR Nº 116/2011 no valor de R\$ 1.048.044 para Recuperação da Pavimentação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) assinado desde 28/12/2011. A execução, entretanto, não foi possível em virtude da indisponibilidade de recursos.

As ações 144Z-Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ) e 20HM- Estudos para o Planejamento do Setor Portuário encerraram em 2013, respectivamente, com os projetos de Contratação dos serviços de implantação de estacionamento do Porto de Itaguaí (RJ), com orçamento estimado em R\$ 1.965.576 e Desenvolvimento de Projeto Conceitual e Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental para a revitalização operacional do Terminal de Graneis Sólidos do Porto de Itaguaí - RJ - TGS III, com orçamento estimado em R\$ 366.960, em fase de procedimento licitatório.

Já a ação 7390-Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí (RJ) apresentou em 2013 a conclusão do Projeto Básico para a Implantação da Sinalização Náutica do Canal Alternativo do Porto de Itaguaí (RJ), com orçamento estimado em R\$ 2.128.137. A CDRJ procederá pedido de abertura de crédito adicional em 2014 com fonte em Recursos Próprios no valor de R\$ 368.137 para subsidiar o processo de contratação dos serviços.

4.2.2. Programa 0807-Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

O Programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais integra três ações no Orçamento de Investimento da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, dispendo de R\$ 21.481.250 ou 5,2 % do total da dotação aprovada.

O volume de recursos do programa traduz sua função menos relevante no contexto geral do Orçamento de Investimento, destinando-se apenas à manutenção e adequação da infraestrutura operacional.

O cumprimento parcial das metas previstas traduziu-se em uma execução de R\$ 341.453 ou 0,1 % do total da dotação aprovada. Os resultados alcançados pelas ações integrantes do programa no exercício de 2013 envolvem desde o serviço de reformas e adaptações no Prédio Sede da Superintendência do Porto de Itaguaí (RJ) até as aquisições de bens móveis.

Adicionalmente, os projetos de recuperação dos telhados dos Armazéns, de reforma da inspetoria e de implantação de banheiros públicos, todos no Porto do Rio de Janeiro, encerraram o exercício em fase de procedimento licitatório e, portanto, têm previsão de execução apenas no exercício de 2014.

5. GESTÃO DOS PASSIVOS POTENCIAIS JUDICIAIS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A CDRJ promove o acompanhamento das demandas patrocinadas pelos escritórios externos contratados, mediante o exame dos relatórios enviados mensalmente pelos mesmos.

5.1. Número de escritórios contratados

A CDRJ possui três escritórios externos contratados: Tostes e de Paula Advocacia Empresarial, que atua nas Reclamações Trabalhistas; Ferreira e Chagas Advogados, que atua na esfera Cível, inclusive no que tange as ações judiciais de natureza fiscais; e, Advocacia Siqueira e Castro, que atua na defesa da CDRJ em uma ação específica de nº 0343789-90.2008.8.19.0001, proposta pela empresa United Kingdom, contra a empresa CSN e a CDRJ, requerendo possibilidade de embarque de carga no terminal arrendado pela CSN no Porto de Itaguaí.

Em relação a esta ação, em decisão proferida pelo Juízo da 47ª Vara Cível, foi autorizado o cancelamento da janela de embarque no período de 15.01.2014 a 23.01.2014; determinado que seja disponibilizada uma janela de embarque no período de 16/04/2014 a 28/04/2014; e, foi indeferido o pedido formulado pela United Kingdom de que fossem disponibilizadas novas janelas, por ter considerado que a mesma foi responsável pelo atraso no embarque.

5.2. Quantidade e descrição das causas relevantes

A CDRJ possui a seguinte quantidade de ações por escritório contratado:

1) Tostes e de Paula Advocacia Empresarial - Reclamações Trabalhistas: 2039 ações em andamento, incluindo as 742 Ações denominadas Cartas de Sentença, desdobramentos da Ação Principal nº 1.637/91;

2) Ferreira e Chagas Advogados - Ações Judiciais Cíveis: 783 ações em andamento, referentes a Cautelares, Cíveis Públicas, Desapropriações, Despejo, Reintegração de Posse, Embargos e Recursos, Execução, Ação de Cobrança, Execução Fiscal e Repetição de Indébito, algumas combinadas entre si;

Dentre as ações cíveis em curso, existem as que se pode considerar como "causas relevantes", tendo em vista os valores expressivos, que podem impactar as finanças da CDRJ.

Podemos destacar as ações referentes ao leasing da extinta Empresa de Portos do Brasil (PORTOBRÁS), as do PORTUS Instituto de Seguridade Social e as da empresa Triunfo Logística Ltda, conforme seguem:

a) Ações oriundas do leasing da extinta PORTOBRÁS - trata-se de contratos de leasing de equipamentos portuários transferidos daquela empresa para a CDRJ, administrados pelas seguintes instituições: Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, Comind Leasing Arrendamento Mercantil S/A, Unibanco Leasing S/A e Manufactures Hannover. Em 3 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil (CIAM), em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005.

Em 21/09/2010, foi expedida Intimação Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.0000, da 19ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.). No ano de 2011 houve liberação do montante de R\$ 177.057 mil aos agentes financeiros, sendo R\$ 157.974 mil, posição em julho/2011, ao Banco J.P. Morgan, agente da Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, e R\$ 19.082 mil em favor da Companhia Brooklin empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.). A CDRJ entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro, para a suspensão dos bloqueios e liberação dos saldos remanescentes em face dos recursos penhorados terem expedido aos valores dos débitos apontados pelos agentes financeiros. Este pedido está sendo discutido em juízo e os valores deverão ser confirmados.

As empresas Unibanco Leasing S/A e Manufactures Hannover também possuem ações, porém sem bloqueios judiciais, que tramitam na 3ª Vara da Justiça Federal.

b) Ações relativas ao PORTUS - Em 14 de dezembro de 2000, a CDRJ, juntamente com outras empresas patrocinadoras, firmou com o PORTUS contrato de integralização de reserva, no qual contempla vários débitos, inclusive aqueles relativos à insuficiência da Reserva de Tempo de Serviço Anterior (RTSA). No mencionado contrato ficou estabelecido que ficaria a cargo exclusivo da CDRJ o pagamento do montante de R\$ 23.459.196,93. Ocorre que, em razão da inadimplência, o PORTUS ajuizou ação de cobrança, na qual a CDRJ firmou, judicialmente, Termo de Confissão de Dívida no montante de R\$ 41.111.506,41, acordo este que foi devidamente homologado em Juízo.

Devido ao novo descumprimento do acordo firmado judicialmente, o Instituto distribuiu ação, com pedido de execução de título judicial, sob o nº 2004.001.025.881-0, de maneira que em 08/09/2005 as partes resolveram consolidar o total devido, mediante novo instrumento de pagamento, que, igualmente, foi homologado nos autos da execução. O último acordo formalizado em 08/09/2005, nos autos do Processo nº 2004.001.025.881-0, não surtiu efeitos jurídicos, devido a existência de vícios formais do instrumento, notadamente, no que tange à inobervância da Resolução MPAS-CGPC nº 17 de 11/06/1996. Tais vícios geraram o consequente pedido de desistência da demanda de nº 2004.001.025.881-0 por parte do PORTUS em 28/02/2008. Sendo assim, em virtude da sentença homologatória do acordo firmado nos autos do processo, com pedido de cobrança, de nº 2004.001.107.580-2, o PORTUS iniciou o cumprimento de sentença nos termos dos artigos 475-N, III, e 475-P, II, ambos, do Código de Processo Civil.

Os cálculos apresentados pelo Instituto na petição de cumprimento de sentença, demonstram um débito de R\$78.120.798,85 referente as parcelas em atraso de nº 10 à 207, todas atualizadas com base na variação do INPC/IBGE. Diante de tal fato, foi apresentada exceção de pré-executividade pela assessoria jurídica anterior da CDRJ, sendo rejeitada, o que ensejou a interposição do agravo de instrumento, o qual foi negado seguimento.

Em virtude dessa decisão, o PORTUS apresentou cálculo atualizado e solicitou penhora de imóveis de propriedade da CDRJ. Formalizado o termo de penhora, bem como, verificada a necessidade de outros bens para supressão do crédito, foi deferida a penhora on-line de valores existentes nas contas de titularidade da CDRJ. Em seguida, foi solicitada a penhora de 20% dos créditos da CDRJ oriundos dos contratos de arrendamento formalizados com a Libra Terminal Rio S/A, Multi-Car/Multi-Rio, CSN/CPBS, União Terminal e Armazéns Gerais, Triunfo Logística Ltda e Tequimar. Também foi penhorado o percentual de 20% dos créditos da CDRJ oriundos dos contratos de arrendamento celebrados perante terceiros, já depositado nos autos, do qual foi lavrado termo de penhora e concedida vista a CDRJ para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença, portanto, indispensável a elaboração dos cálculos para que se possa verificar qual o valor efetivamente devido.

c) Ação relativa à TRIUNFO - Formalizado acordo judicial com a CDRJ no que tange à locação do imóvel de posse da SEATRANS no ano de 2012, onde a empresa Triunfo assumiria a área mediante aluguel determinado, e a dívida remanescente da SEATRANS, após encontro de contas. O instrumento de transação decorreu da apuração dos haveres nos autos da Ação Indenizatória proposta pela Triunfo de nº 2000.001.052735-6 contra a CDRJ, com sentença tramitando em Execução, e do débito à época da SEATRANS junto a CDRJ, o qual originou a Ação de Despejo por falta de Pagamento de nº 0140140-33.2010.8.19.0001. Visando a extinção dos feitos, foi peticionado aos Juízes competentes, com a finalidade de extinguirem-se os feitos.

c.1) Confissão de Dívidas Triunfo Logística Ltda - O acordo foi firmado no processo judicial nº 2001.001.030635-4 da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com o objetivo de solucionar demandas judiciais existentes entre as partes. A empresa Triunfo reconheceu uma dívida de R\$ 13.199 mil e se comprometeu a pagar esta quantia até o final da primeira etapa do contrato de arrendamento, que ocorrerá em agosto de 2017, em parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no ato da homologação e as demais 30 (trinta) dias após, com atualização mensal pelo IGP-M e juros legais de 12% ao ano (53 parcelas).

5.3. Consolidação pelos escritórios das causas remotas, possíveis e prováveis

A CDRJ, com fulcro em relatórios específicos encaminhados pelos escritórios Tostes e de Paula, e Ferreira e Chagas, registrou em 2013 as seguintes ações judiciais, ainda em curso, consideradas como prováveis, possíveis e remotas:

Relatório das Reclamações Trabalhistas:

Provável: 1237 ações, incluindo as Cartas de Sentença

Possível: 242 ações

Remota: 10 ações.

Relatório das Ações Cíveis, incluindo as Ações Fiscais:

Provável: 50 ações, sendo 25 Ações Fiscais

Possível: 166 ações, sendo 76 Ações Fiscais

Remota: 117 ações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CDRJ, sob o comando de sua Diretoria Executiva, em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal, iniciou um processo de modernização interna, efetuando a revisão dos procedimentos administrativos e gerenciais buscando melhorias na eficiência da gestão e a efetividade dos seus resultados.

Todas as medidas adotadas foram estabelecidas para se adequar ao principal objetivo da nova Lei dos Portos, que é eliminar as barreiras ao fluxo de comércio brasileiro, incentivando a redução de custos e o aumento da eficiência na movimentação de cargas.

Ainda dentro desse intuito, a CDRJ procurou atuar em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal para a implantação de diversos projetos de obras de infraestrutura no porto e no seu entorno visando à melhoria das vias de acessos rodoviários, ferroviários e marítimos proporcionando um crescimento econômico-financeiro do setor portuário brasileiro.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014.

JORGE LUIZ DE MELLO

Diretor-Presidente



Secretaria de
Portos



BALANÇO PATRIMONIAL - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2013	2012
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	121.115	69.538
Caixa restrito	5	403.256	417.406
Contas a Receber de Clientes	6	12.569	15.629
Estoques	7	272	178
Créditos Fiscais a Recuperar	8	11.043	9.049
Valores a Receber	9	5.536	2.294
Outros Ativos		1.480	1.444
		<u>555.271</u>	<u>515.538</u>
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	9	20.949	12.121
Depósitos Judiciais	10	12.015	5.693
Bens em Processo de Cessão	11	4.926	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	12	143.952	167.259
Outros Ativos		173	173
		<u>182.015</u>	<u>190.172</u>
Investimentos		49	29
Imobilizado	13	991.661	978.026
Intangível		10	10
		<u>1.173.735</u>	<u>1.168.237</u>
Total do Ativo		<u>1.729.006</u>	<u>1.683.775</u>
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	14	321	647
Fornecedores	15	10.893	9.803
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	16	18.475	16.826
Obrigações Tributárias	17	268.637	242.072
Obrigações Contratuais	18	5.058	4.436
Benefícios Pós Emprego	20	20.697	45.773
		<u>324.081</u>	<u>319.557</u>
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	14	12.810	11.451
Obrigações Tributárias	17	339.225	339.598
Obrigações Contratuais	18	299.422	230.186
Arrendamento Mercantil	19	362.791	300.848
Benefícios Pós Emprego	20	250.059	250.110
Provisão Para Contingências	21	160.984	100.537
Receitas Diferidas	22	78.625	87.987
		<u>1.503.916</u>	<u>1.320.717</u>
		<u>1.827.997</u>	<u>1.640.274</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	23	2.441.121	2.200.126
Adiantamento para futuro aumento de Capital		45.185	235.695
Prejuízos Acumulados		(2.585.297)	(2.392.320)
		<u>(98.991)</u>	<u>43.501</u>
Total do Passivo e PL		<u>1.729.006</u>	<u>1.683.775</u>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	2013	2012
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo Líquido	(152.135)	(168.356)
(+) Depreciação e amortização	6.525	7.294
(+) Variação monetária de longo prazo	14.984	28.420
(+) Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	63.644	167.936
(+) Provisão PDD	2.741	0
(-) Receita reversão PDD	(54.031)	(6.267)
(+) Diferido	0	(10)
(+) Provisão para Férias e 13º Salário	944	1.595
(+) Provisão para contingências	60.446	51.538
Prejuízo Ajustado	(56.882)	82.150
Fornecedores	1.089	(132)
Impostos e taxas	86.747	79.991
Pessoal	(23.751)	(2.592)
Obrigações Previdenciárias e Tributárias	57.748	55.379
Recebíveis	(37.782)	(12.635)
Cobranças Contenciosas	48.403	6.267
Impostos a recuperar	(1.993)	(2.411)
Adiantamentos	(199)	(32)
Depósitos Judiciais	(29.225)	(167.648)
Estoques	(94)	(18)
Outros valores a receber	(7.147)	(6.971)
Despesas antecipadas	167	(103)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	37.081	31.245
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recursos bloqueados RSD	(19)	(1.866)
Títulos em cobrança judicial	0	(5)
Aumento dos Investimentos	(20)	(8)
Aquisição de Imobilizado	(25.086)	(7.630)
Conta Única do Tesouro Nacional - SIAFI	14.150	(417.406)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(10.975)	(426.915)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(668)	(813)
Arrendamento - Pagamentos	(9.361)	(9.361)
Aumento de Capital Créditos da União	35.500	217.157
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	25.471	206.983
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	51.577	(188.687)
SALDO INICIAL	69.538	258.225
SALDO FINAL	121.115	69.538

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Receitas		
Venda de mercadorias, produtos e serviços	50.229	90.090
Arrendamentos operacionais e alugueis	303.021	256.922
Reversão de provisões	54.636	6.889
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(25)	(184)
Insumos adquiridos de terceiros	(23.351)	(23.797)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(16.782)	(19.257)
Despesas judiciais e provisões para riscos cíveis	(613)	(2.126)
Outros custos	(5.956)	(2.414)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	384.510	329.920
Depreciação e Amortização	(6.525)	(7.293)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	377.985	322.627
Valor adicionado recebido em transferência	55.019	35.405
Receitas financeiras	54.096	28.229
Outras	923	7.176
Valor adicionado a distribuir	433.004	358.032
Distribuição do valor adicionado	433.004	358.032
Pessoal		
Remuneração direta	86.366	82.449
Benefícios	24.345	21.194
Benefícios pós-emprego	13.295	11.458
FGTS	8.195	6.923
INSS	31.736	28.097
Encargos	4.511	4.005
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	215.126	191.949
Honorários da diretoria	1.124	1.200
Honorários do CONFIS/CONSAD	288	321
Tributos	9.382	37.213
Federais	5.139	32.383
Estaduais	21	59
Municipais	4.222	4.771
Remuneração de capitais de terceiros	190.771	141.579
Despesas financeiras	174.102	126.666
Alugueis	2.043	14.913
Contratos	14.626	0
Prejuízo do Exercício	(152.135)	(168.356)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Operações Continuadas			
Receita operacional líquida	24	339.061	301.254
Custos da operação	25	(73.892)	(60.978)
Lucro bruto		265.169	240.276
Resultado Operacional			
Despesas gerais e administrativas	25	(149.682)	(143.579)
Depreciação		(2.213)	(2.306)
Constituição de provisões	21	(123.416)	(99.854)
Reversão de provisões	26	54.636	6.889
Outras receitas operacionais		15.111	20.933
Outras despesas operacionais		(25)	(194)
		<u>(205.589)</u>	<u>(218.111)</u>
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		59.580	22.165
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	27	(211.715)	(190.521)
Prejuízo Líquido do Exercício		(152.135)	(168.356)
Quantidade de ações		1.215.284.566	1.095.387.038
Prejuízo por ação do capital social- em Reais		(0,13)	(0,15)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Créditos da União para aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1.880.267	309.977	(2.212.076)	(21.832)
Aumento de capital - AGE	319.859	(319.859)	0	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	217.157	0	217.157
Atualização dos créditos para aumento de capital	0	28.420	0	28.420
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	(11.888)	(11.888)
Prejuízo do exercício	0	0	(168.356)	(168.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.200.126	235.695	(2.392.320)	43.501
Aumento de capital - AGE de 14/06/2013	240.995	(240.995)	0	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	35.500	0	35.500
Atualização dos créditos para aumento de capital	0	14.985	0	14.985
Ajustes de exercícios anteriores - Nota 28	0	0	(40.842)	(40.842)
Prejuízo do exercício	0	0	(152.135)	(152.135)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.441.121	45.185	(2.585.297)	(98.991)



Secretaria de
Portos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no que lhe for aplicável, pela Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas da Secretaria de Portos da Presidência da República, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 e aos Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis, logo, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Para a presente competência não ocorreram movimentação em "Outros resultados abrangentes", dessa forma, não foram requeridas a divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente para a Companhia.

3.2 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.4 Caixa Restrito

Caixa restrito representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

3.5 Instrumentos Financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros em mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não estão cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante todos aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço; caso contrário, estes são classificados como não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

3.6 Contas a Receber

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante e não circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços, estando incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do Exercício, deduzidos da provisão para realização duvidosa. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes das operações da Companhia. As provisões para créditos de realização duvidosa estão constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização dos créditos.

3.7 Estoques

Os estoques referem-se a materiais de consumo a serem utilizados nas atividades da empresa e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

3.8 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos valores acumulados de saldos negativos de IRPJ e CSLL e saldos credores de PIS e Cofins a serem utilizados para futuras compensações.

3.9 Bens em Processo de Cessão

Um vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado. Os valores estão sendo informados na nota 11.

3.10 Cauções e Depósitos Vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

3.11 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

3.12 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável, até a data do balanço, cujos valores de maior expressão são os parcelamentos de débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e o Imposto Sobre Serviços – ISS com a Prefeitura do Rio de Janeiro.

3.13 Benefícios Pós-emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.14 Arrendamento Mercantil

Os valores provenientes de contratos de leasing recebidos por transferência da extinta Empresa de Portos do Brasil – Portobrás são atualizados pelas taxas iniciais contratadas, mantidos no passivo até a liquidação da dívida, conforme detalhamos na nota explicativa 19.

3.15 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte reclamada, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ.

3.16 Receitas Diferidas

Para os valores recebidos antecipadamente por conta de securitização de fluxo de recebimentos futuros de sua carteira de clientes, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, em atendimento ao regime de competência.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos em caixa correspondem a valores depositados nas contas mantidas pela CDRJ no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Santander e Banco Bradesco.

5 – CAIXA RESTRITO

Os valores representam os depósitos em conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Em milhares de Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
Clientes nacionais	86.377	140.727
(-) Provisão para Liquidação Duvidosa	(73.808)	(125.098)
Totais	12.569	15.629

Em contas a receber de clientes, a CDRJ vem reconhecendo em provisão para créditos de liquidação duvidosa todos os valores vencidos há mais de 360 dias. As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante ser ajustadas ao valor presente.

7 – ESTOQUES

O estoque é composto por produtos destinados ao consumo na prestação de serviços portuários. Os produtos aos quais é permitida a manutenção de créditos de impostos são registrados pelo valor líquido. Os demais produtos são registrados pelo valor total da nota fiscal.

8 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

Descrição	Em milhares de Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ a recuperar	7.137	5.464
Contribuição social a recuperar	1.456	1.135
COFINS a recuperar	1.789	1.789
PIS a recuperar	661	661
Totais	11.043	9.049

9 – VALORES A RECEBER

Créditos, em sua maioria, provenientes do Convênio CDRJ/INEA, do Termo de Acordo de Confissão de Dívidas com a Triunfo Logística e outros acordos de menores valores.

	Em milhares de Reais			
	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
Crédito a Receber da Triunfo Logística	3.356	0	8.949	0
Convênio CDRJ/INEA	0	0	12.000	12.000
Outros Valores a Receber	2.180	2.294	0	121
Totais	5.536	2.294	20.949	12.121

Convênio CDRJ/INEA – Repasse da União para aumento de Capital, para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição, revitalização e recuperação da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o Convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do referido valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0, que tramita na 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Confissão de Dívidas Triunfo Logística – O acordo foi firmado no processo judicial nº 2001.001.030635-4 da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro entre a Triunfo Logística Ltda e a Companhia Docas do Rio de Janeiro, com o objetivo de solucionar demandas judiciais existentes entre as partes. A Triunfo reconheceu uma dívida de R\$ 13.199 mil e se comprometeu a pagar esta quantia até o final da primeira etapa do contrato de arrendamento, que ocorrerá em agosto de 2017, em parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no ato da homologação e as demais 30 (trinta) dias após, com atualização mensal pelo IGPM e juros legais de 12% ao ano (53 parcelas).

10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem, basicamente, aos processos de IPTU relacionados abaixo e outros trabalhistas:

Processo	Objeto	Parte	Em milhares de Reais	
			Valor	Valor
0083500-27.1993.5.01.0043	Verbas Rescisórias	Rozental de Araújo de Oliveira		5.447
0066080-84.2013.8.19.0001	IPTU	Município do Rio de Janeiro		4.602
0010894-73.2013.8.19.0002	IPTU	Município de Niterói		43
000236-91.2013.8.19.0024	IPTU	Município de Itaguaí		1.351
Outros trabalhistas				20
Outros cíveis				552
Total				12.015

11 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

Referem-se a terrenos na área do Porto Organizado de Itaguaí, baixados do imobilizado da Companhia para cessão à União. Serão utilizados no programa de construção da Base Naval, Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor de R\$ 4.926 mil encontra-se transitoriamente registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia. O valor foi reclassificado do Ativo Circulante para o Não Circulante pela inexistência de provisão para a baixa efetiva.

12 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Em milhares de Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
Recursos Bloqueados – RSD	8.738	8.719
Bloqueio Judicial Leasing Portobrás	132.326	131.778
Bloqueio Fazenda Nacional – INSS	2.888	0
Ações Judiciais Triunfo Logística	0	26.760
Totais	143.952	167.259

RSD – Refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem – RSD, depositado no BNDES como garantia aos contratos de Leasing da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a extinta PORTOBRÁS e estão registrados no Ativo Não Circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação.

Leasing Portobrás – Refere-se ao bloqueio da receita bruta para garantia dos processos judiciais nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível em 16 de dezembro de 2005 e nº 0102697-82.2009.8.19.000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A. A Nota Explicativa 19 também trata do assunto.

Fazenda Nacional/INSS – Refere-se ao bloqueio para garantia do processo de execução fiscal nº 0016487-56.2012.4.02.5101 movido pela Fazenda Nacional.

13 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

O imobilizado está assim composto:

Discriminação	Em milhares de Reais			
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2013	Líquido 2012
Bens móveis	183.627	(157.542)	26.085	27.597
Bens imóveis	798.899	(118.706)	680.193	682.366
Imobilizado a classificar	15.605	(694)	14.911	14.879
Imobilizado em andamento	270.482	0,00	270.482	253.182
Totais	1.268.603	(276.942)	991.661	978.024

14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os financiamentos em moeda estrangeira, com aval da União Federal, estão sendo pagos em conformidade com o acordo de Reestruturação da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo do setor público. Os contratos são ajustados à taxa cambial vigente na data do balanço, acrescidos de juros variáveis, segundo as flutuações nas taxas interbancárias do mercado externo, pactuados em contratos.

Os juros vêm sendo pagos semestralmente. A amortização do valor principal do empréstimo ocorrerá da seguinte forma:

- Uma parcela do curto prazo (a última) será liquidada em abril/2014;

- O valor principal dos financiamentos de longo prazo será liquidado em abril/2024.

	Em milhares de Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
Curto Prazo	321	647
Longo Prazo	12.810	11.451
Totais	13.131	12.098

Os recursos foram liberados nas seguintes condições:

Instituição	Prazo	Carência	Amortização	Taxa de Juros
FLIRB	20 anos	9 anos	13 parcelas semestrais	Do 1º ao 6º ano – entre 4 e 5% a.a. No 7º ano – 8% a.a.
Discount Bond	30 anos	Sem carência	Única ao final do prazo	Libor semestral + 13/16% a.a.
PAR Bond	30 anos	Sem carência	Única ao final do prazo	Do 1º ao 6º ano – entre 4 e 5,75% Do 7º ao 30º ano – 6% a.a.

15 – FORNECEDORES

A conta de fornecedores compreende os saldos a pagar dos fornecedores utilizados para as operações portuárias como segurança, manutenção, bem como na prestação de serviços diversos, compras de peças e equipamentos. Do valor contabilizado destaca-se o montante de R\$ 8.707 mil relativos à FUBRAS.

	Em milhares de Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
FUBRAS	8.707	8.707
Demais Credores	2.186	1.096
Totais	10.893	9.803

16 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

	Em milhares de Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
Remunerações	7.516	7.401
Consignações	328	160
Seguros	87	0
Mesada Judicial	243	239
Outros Encargos Assistenciais	1.451	1.120
Provisão de Férias e Encargos	8.850	7.906
Totais	18.475	16.826

17 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Em milhares de Reais			
	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
ISS	65.657	55.984	214.046	203.452
PASEP/COFINS	25.793	25.767	866	1.323
IPTU	6.883	1.843		
Adicional de Tarifa Portuária	6.820	6.820		
PGFN/RFB	18.586	17.653	124.313	134.823
INSS – Apropriação mensal da folha de pagamento	4.081	3.098		
INSS – Débitos previdenciários não parcelados	134.333	125.112		
FGTS	1.300	1.097		
IR de Pessoal	4.788	4.230		
Outros	396	468		
Totais	268.637	242.072	339.225	339.598

18 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	Em milhares de Reais			
	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
Retenções Contratuais	1.463	1.480	0	0
Depósito Cauçionado	3.470	2.860	0	0
Contratos de Securitização	0	0	297.287	228.051
Outros	125	96	2.135	2.135
Totais	5.058	4.436	299.422	230.186

As Retenções Contratuais representam garantias retidas de contratos de alguns fornecedores. O Depósito Cauçionado é uma antecipação do recebimento de determinadas faturas por clientes. Os contratos de securitização são obrigações da CDRJ com terceiros, negociadas com dois arrendatários – Libra Terminais e Sepetiba Tecno.

19 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de leasing de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, administrados pelas seguintes empresas:

Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil

Comind Leasing Arrendamento Mercantil S/A

Unibanco Leasing S/A

Manufactures Hannover

Em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil – CIAM, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005.

Em 21/09/2010, foi expedida Intimação Via Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.000, da 19ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.).

No exercício de 2011 houve liberação do montante de R\$ 177.057 mil aos agentes financeiros, sendo R\$ 157.974 mil, posição em julho/2011, ao Banco J.P. Morgan, agente da Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, e R\$ 19.082 mil em favor da Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.).



Secretaria de
Portos



As contas possuem a seguinte composição:

	Em milhares de Reais			
	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
Benefícios de curto prazo	20.697	45.773		
Benefícios de longo prazo			307.970	258.905
Bloqueio judicial			(57.911)	(8.795)
Totais	20.697	45.773	250.059	250.110

O bloqueio judicial refere-se aos Mandados nº 1679/2012, da 21ª Vara Cível e 1018/2012, da 33ª Vara Cível, que determinaram a penhora de receita da CDRJ junto aos arrendatários, até o montante de R\$ 123.583 mil e R\$ 30.000 mil, respectivamente, para garantia dos processos judiciais 2004.001.107580-2 e 2001.001.037856-0.

21 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A CDRJ constituiu provisões para processos trabalhistas e cíveis a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e foram compostas da seguinte maneira:

Provisão para contingências	Em milhares de Reais	
	2013	2012
Trabalhistas	47.904	
Cíveis	113.080	
Tributárias	0	
Totais	160.984	

As Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais. Não houve projeção para perdas em processos de origem tributária, embora tenha ocorrido contabilização no ano anterior, devido a uma mudança no critério de classificação das ações.

Dentre os valores contingenciados, destaca-se, na área cível, o processo movido pelo Portus - Instituto de Seguridade Social no valor de R\$ 110.120 mil.

Na área trabalhista, os de maiores valores são as ações movidas por um grupo de empregados, no Município do Rio de Janeiro e um outro, no Município de Itaguaí, com provisões de R\$ 9.540 mi e R\$ 9.277 mil, respectivamente.

Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências passivas nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis, contudo, há contingências que devido ao valor das ações podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 14.035 mil, sendo:

Ações Trabalhistas	R\$ 10.668 mil
Ações Cíveis	R\$ 2.348 mil
Ações Tributárias	R\$ 1.019 mil

22 - RECEITAS DIFERIDAS

A conta de Receitas Diferidas registrada no passivo não circulante, refere-se a receitas recebidas antecipadamente de arrendamento de instalações portuárias em contratos de concessão e vem sendo diferidas atendendo aos prazos contratuais.

23 - CAPITAL SOCIAL

Os recursos aportados pela UNIÃO destinam-se a programas de investimentos na Companhia, com a contrapartida de Crédito para Aumento de Capital. Os valores não capitalizados sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC, conforme Decreto nº 2.673/1998.

No presente exercício foi aportado pela União o montante de R\$ 35.500 mil (217.157 mil em 2012), a título de crédito para Aumento de Capital.

Através da Assembleia Geral de Acionistas, em reunião extraordinária realizada em 14/06/2013, foi homologado o aumento do Capital Social da Companhia que passou de R\$ 2.200.126 mil para R\$ 2.441.121 mil, e está representado por 1.215.284.566 ações, totalmente integralizadas e assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações			Total
	Ordinárias	Preferenciais		
União	607.563.593	607.563.594		1.215.127.187
Governo do Rio de Janeiro	79.651	79.650		159.301
Outros	40	38		78
	607.643.284	607.643.282		1.215.284.566

24 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida está composta da seguinte maneira:

	Em milhares de Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
Receita Operacional Bruta	370.986	333.254
(-) Cofins	26.084	26.131
(-) Pasep	5.640	5.673
(-) ISS	201	196
Receita Operacional Líquida	339.061	301.254

A Receita Operacional Bruta corresponde às parcelas dos arrendamentos da área do porto e às tarifas relacionadas aos demais serviços portuários.

25 - CUSTOS DA OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) O custo das operações apresentou no presente exercício o montante de R\$ 69.410 mil.

Serviços Portuários	Em milhares de Reais	
	2013	2012
Manutenção	4.471	1.504
Pessoal e Encargos	58.792	43.344
Serviços de Terceiros	6.147	10.641
Depreciação	4.312	5.305
IPTU	170	184
Totais	73.892	60.978

Houve alteração na forma de apuração do Custo da Operação que, em 2012, considerava os grupos Serviços de Pesquisas e Depreciação com Serviços de Pesquisa.

b) O grupo das despesas administrativas apresenta a seguinte composição:

Discriminação	Em milhares de Reais	
	2013	2012
Pessoal e Encargos	111.068	109.480
Serviços de Terceiros	13.007	12.214
Contratos Securitizados Libra/SeptibaTecon	14.626	13.392
Despesas Tributárias	9.211	5.028
Outras	1.770	3.465
Totais	149.682	143.579

26 - REVERSÃO DE PROVISÕES

Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos, em sua maioria, referente aos créditos baixados no acordo da Triunfo Logística e SEATRANS, explicados na nota 28.

27 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Em milhares de Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Financeiras	12.730	13.236
Despesas Financeiras	(179.613)	(182.251)
Variações Monetárias Ativas	41.366	14.993
Variações Monetárias Passivas	(86.198)	(36.499)
Resultado Financeiro Líquido	(211.715)	(190.521)

As despesas financeiras têm como maior expressão as contas Despesas de Juros sobre Encargos Tributários e Trabalhistas, relativos à atualização da obrigação com o Portus - R\$ 91.710 mil (R\$ 92.094 mil em 2012), e Juros de Mora, relativos à atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra e aos contratos de Leasing do Unibanco e Manufactures Hannover - R\$ 71.509 mil (R\$ 61.352 mil em 2012).

28 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Resumo dos ajustes:

Item	Ajuste a Débito	Ajuste a Crédito	Saldo
28.1	46.621	14.058	
28.2	4.952	0	
28.3	1.239	0	
28.4	2.646	558	
	55.458	14.616	40.842

28.1 - Acordo CDRJ X Triunfo Logística

O acordo firmado no processo judicial nº 2001.001.030635-4, da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital, entre a empresa Triunfo Logística Ltda e a CDRJ, visando resolver as controvérsias entre as partes, estabeleceu a baixa das faturas em aberto de Exercícios anteriores, o estorno das atualizações e correções, além do reconhecimento da dívida em R\$ 13.199.992,59. A Triunfo se comprometeu a pagar esta quantia até o final da primeira etapa do contrato de arrendamento, que ocorrerá em agosto de 2017, em parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no ato da homologação e as demais 30 (trinta) dias após, com atualização mensal pelo IGPm e juros legais de 12% ao ano (53 parcelas).

28.2 - Acordo CDRJ X SEATRANS X Triunfo Logística

O acordo foi homologado judicialmente junto à 33ª Vara Cível da Comarca da Capital, nos autos do processo nº 2000.001.052735-6 e junto à 35ª Vara Cível da Comarca da Capital, nos autos do processo nº 0140140-33.2010.8.9.0001 e do processo nº 0145944-45.2011.8.19.0001. O acordo teve por objetivo a extinção de processos e utilização de créditos da Triunfo para abater dívidas da SEATRANS Agência Marítima.

28.3 - Casa Civil

Baixa de faturas glosadas de ressarcimentos de empregados cedidos à Casa Civil com a emissão de novas faturas.

28.4 - Outros Ajustes em Exercícios Anteriores

Foram realizados outros ajustes, em sua maioria, para o cancelamento de faturas.

29 - REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Neste exercício, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 152.135 mil (168.356 mil em 2012). Apesar das dificuldades enfrentadas no período, a CDRJ vem dando prosseguimento ao seu plano de recuperação econômico-financeira.

O acordo assinado entre a CDRJ e a Triunfo Logística possibilitou a recuperação de créditos pendentes em períodos anteriores e a apuração do valor a ser pago pela arrendatária nos próximos Exercícios.

Outro fato que ocasionou a redução do passivo foram os aportes da União referentes ao Termo de Ajuste e Forma de Pagamento de Contribuição Patronal GDR 2, firmado em 29/12/2010, para a amortização da dívida com o Portus Instituto de Seguridade Social.

30 - TESTES DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS - IMPAIRMENT

A Companhia está em processo licitatório visando a contratação de empresa especializada em serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado, para cálculos do valor do Impairment, vida útil residual e elaboração do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa - UGC.

JORGE LUIZ DE MELLO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF Nº 510.709.017-68

ELIANE PINTO BARBOSA
DIRETORA
CPF Nº 372.049.127-72

DANILO DE SOUZA LUNA
DIRETOR
CPF Nº 269.090.227-34

AILTON FERNANDO DIAS
DIRETOR
CPF Nº 509.330.436-00

EDUARDO PIRES SOARES
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS
CONTADOR CRC - RJ 110913/O-7
CPF Nº 080.022.657-77

PARECER CONFIS Nº 001/2014 - CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal Nº 001/2014
da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório Anual da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - "Audifisco Auditoria Fiscal e Contábil S/S", de 25 de fevereiro de 2014.

Após a análise das Demonstrações Contábeis e do Relatório Anual da Administração, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina no sentido de que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da "COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO" - CDRJ, exceto quanto às ressalvas e recomendações apontadas no Relatório dos Auditores Independentes, de 25 de fevereiro de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - DELIBERAÇÃO Nº 001/2014/CONSAD/CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso XXXIII, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando a decisão do Colegiado em sua 596ª reunião - extraordinária, realizada em 11 de março de 2014;

DELIBERA:

I - Aprovar o Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborado em conformidade à Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, com as ressalvas e recomendações constantes no Relatório dos Auditores Independentes, datado de 25 de fevereiro de 2014;

II - Aprovar o Relatório Anual da Administração da Diretoria Executiva da CDRJ, relativo ao exercício de 2013;

III - Encaminhar os documentos ora aprovados à Assembleia Geral Ordinária da CDRJ, a realizar-se em 16 de abril de 2014, recomendando a sua aprovação pela mesma.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2014

FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO
Presidente do Conselho de Administração

Rio de Janeiro, 11 de março de 2014
RICARDO DE ALMEIDA MAIA
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria de Portos
Suplente

MARCONI ARANÍ MELO FILHO
Representante do Ministério dos Transportes

ANDRE LUIZ GONÇALVES GARCIA
Representante do Tesouro Nacional

JORGE FERNANDES DA CUNHA FILHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - DELIBERAÇÃO Nº 002/2014/CONSAD/CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso VI, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando o deliberado na 596ª reunião - extraordinária - do Colegiado, realizada em 11 de março de 2014,

DELIBERA:

Artigo Único - Autorizar a Convocação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da CDRJ, a realizar-se em 16 de abril de 2014, na Sede da Companhia Docas do Rio de Janeiro, nos termos da Minuta do Edital de Convocação a ser elaborado, de conformidade com o Artigo 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2014

FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1 - Conforme descrito na nota explicativa 02, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Docas do Rio de Janeiro, essas práticas não foram atendidas em sua plenitude, em especial não atendendo algumas orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis: (a) falta de verificação da necessidade de "impairment" previsto no CPC 01, contrariando a Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos); (b) não identificação dos valores residuais e não apuração da vida útil econômica dos bens, a qual vem sendo calculada de acordo com as taxas indicadas pela legislação do imposto de renda, não atendendo o CPC 27, contrariando a - NBC T 19.1 - disciplinado pela Resolução CFC nº 1.177/09.

2 - A Companhia mantém registro em sua contabilidade, no grupo do imobilizado, valores representativos em investimentos em infraestrutura portuária, mantidos na conta de "Imobilizados em Andamento". Estes valores correspondem em 31/12/2013 ao montante de R\$ 270.482 milhões (R\$253.182 milhões em 31/12/2012) e vem mantendo em valores elevados há mais de 05 anos. Pela natureza dos gastos a Companhia não efetuou a transferência destes imobilizados em andamentos para o grupo de imóveis/ instalações quando do término dos projetos, mantendo estes ativos sem reconhecer as respectivas depreciações incorridas. Ainda, para possíveis projetos/ melhorias que efetivamente não foram concluídos, a CDRJ não contingenciou a provisão para perdas com base em teste de recuperabilidade destes ativos, não atendendo ao CPC 01 e Resolução CFC nº 1.292/10.

3 - Conforme consta da Nota Explicativa 20, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia Docas do Rio de Janeiro mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um plano multipatrocinado para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários, plano este do tipo "benefício definido" que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. Este plano é administrado pela PORTUS - Instituto de Seguridade Social, uma entidade fechada de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. A Companhia registra o montante de R\$ 329.667 mil, porém o déficit de responsabilidade da patrocinadora CDRJ, conforme último cálculo atuarial apresentado pela PORTUS com base no último balanço prévio do Plano de Benefício emitido em 30/06/2013 era de R\$ 566.672 mil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não recebemos as respostas das cartas de circularização para confirmação desses saldos. Não nos foi possível, nas circunstâncias, obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos passivos de R\$329.667 mil ou se havia necessidade de ajustar esses valores, bem como se existiam outros saldos, entre eles garantias ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras. Ainda, a Companhia também está deixando de divulgar adequadamente, nas suas demonstrações contábeis, as informações mínimas requeridas previstas no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, disciplinado pela Resolução CFC nº 1.425/13 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2013.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados onde emitimos relatório datado em 25 de março de 2013, que conteve opinião com ressalvas similares aos itens 01 a 03 do presente relatório e nota de ênfase sobre divergência quanto ao saldo consolidado do parcelamento dos débitos previdenciários previsto na Lei nº 11.941/09 que teve sua consolidação efetivada em 31 de julho de 2011, porém na consolidação o órgão gestor do parcelamento não as incluiu os débitos em sua totalidade.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014.
CRC 2SP002135/O-1 - "S" RJ

Vander Bittencourt Ribeiro
Contador CRC 1SP159913/O-3 - "S" RJ